

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Márcia Coelho Braga

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EJA: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO
DE UMA IDENTIDADE ECOLÓGICA**

Belo Horizonte

2012

Maria Márcia Coelho Braga

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EJA: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE ECOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Patrimonial, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Mônica Ângela de Azevedo Meyer

Belo Horizonte

2012

Maria Márcia Coelho Braga

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EJA: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE ECOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Patrimonial, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Mônica Ângela de Azevedo Meyer

Aprovado em 28 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Mônica Ângela de Azevedo Meyer
Faculdade de Educação da UFMG

Soraia Freitas Dutra – Faculdade de Educação da UFMG

RESUMO

A Educação Ambiental é, atualmente, considerada uma das áreas educacionais de maior relevância social e econômica por tratar de forma transdisciplinar assuntos de interesse local, regional e mundial. O processo de globalização e o crescente desenvolvimento industrial protagonizado pela sociedade contemporânea são decorrentes de ações intensas de exploração dos recursos naturais. Desse modo, uma das formas cogitadas de se conter tal avanço, e, por conseguinte, suscitar formas de preservação do meio ambiente é a educação escolar. O objetivo deste trabalho é avaliar a correlação entre Educação Ambiental e a formação de uma identidade ecológica em turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir de seus conhecimentos sociais e culturais. Foi realizado um estudo de caso por análise de um projeto de Educação Ambiental desenvolvido por um Grupo de Referência em Educação Ambiental Municipal em uma turma de Educação de Jovens e Adultos. Fez-se uso, ainda, de entrevistas a professores e alunos da turma. Os dados coletados foram avaliados e tabulados conforme a variável de interesse. Os resultados indicam que a Educação Ambiental pode contribuir para a formação da identidade ecológica em alunos de EJA, porém, o produto dessas atividades pode ser prejudicado pela infrequência e evasão dos alunos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; EJA; identidade ecológica.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	06
2.	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	10
2.1	Educação Ambiental e EJA: contextualizando o tema.....	13
3	EA E EJA: REALIDADES E POSSIBILIDADES.....	15
4	CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE ECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO.....	16
4.1	EA e artes.....	19
4.2	EA, Língua Portuguesa e Química.....	22
4.3	EA e informatização do ensino.....	25
4.4	EA e Geografia.....	26
5	RESULTADOS/DISCUSSÃO.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6	REFERÊNCIAS.....	33
7	ANEXOS.....	36
	Anexo A.....	36
	Anexo B.....	37
	Anexo C.....	39

1 APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea vive uma época de grandes avanços científicos e tecnológicos, contemplados por um processo de globalização crescente em meio a uma política econômica capitalista. Esses avanços, ironicamente, podem ser considerados graves retrocessos em relação ao meio ambiente; infelizmente, o progresso tecnológico da humanidade representa a ruína dos recursos naturais, há tempos considerados inesgotáveis.

O testemunho dessa situação e dos problemas ecológicos oriundos, tais como a extinção de espécies animais e vegetais, gerou em determinados setores da sociedade o bom senso de se criar estratégias de prevenção e preservação dos recursos naturais. Em meados da década de 40, foi criada a UNESCO, órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU), que deu início a um empreendimento de ações efetivas na disseminação de um ideal ecológico, um despertar para os riscos de uma destruição irreversível dos bens naturais. Essa pode ser considerada a origem da Educação Ambiental (BARBIERI e SILVA, 2011).

Nessa trajetória de mudanças, estratégias e debates políticos internacionais, são aqui destacados três importantes momentos: A Conferência de Estocolmo, A Conferência Intergovernamental sobre EA de Tbilisi, na Geórgia e a Eco- 92, realizada no Rio de Janeiro.

Da Conferência de Estocolmo, 1972, resulta uma Declaração baseada em vinte e seis princípios norteadores da ação do homem sobre o meio. Destaca-se nessa Declaração a presença da educação destinada a jovens e adultos sobre questões ambientais. Já na Conferência Intergovernamental sobre EA de Tbilisi, cinco anos depois, cumpre papel de considerável importância para a EA, quando propõe uma revisão da Carta de Belgrado, escrita nesse mesmo ano em um Seminário de Educação Ambiental. A Declaração de Tbilisi considerou a EA como o resultado de uma ação interdisciplinar, a ser oferecida em todos os níveis e modalidades de ensino escolar, além de estender-se à educação não-formal (BARBIERI e SILVA, 2011).

A Eco-92 tratou de assuntos polêmicos como as questões climáticas e a camada de ozônio. O resultado desse encontro, de seus debates e discussões foi

um documento histórico que firmou um compromisso entre as nações participantes: a Agenda 21.(FERREIRA,2010)

Em termos educacionais, a Agenda 21 foi largamente divulgada pelos sistemas escolares, embora os resultados dessas ações não venham a ser discutidos nesses estudos, pode-se afirmar que a proposta foi um marco para a EA.

Dadas essas considerações, conclui-se que um dos maiores bens da humanidade em favor do meio ambiente: a educação. Pois bem, é a partir do princípio de que é preciso educar para preservar que surge a Educação Ambiental - EA disseminada nos sistemas de ensino e objeto de estudo deste trabalho. Reconhecendo o valor da EA para a sociedade e seus bens naturais os sistemas escolares podem criar estratégias de ensino de considerável eficiência dentro dessa temática.

A exemplo disto, no ano de 2009 a Secretaria Municipal de Educação de Congonhas-MG iniciou uma discussão com diversos segmentos da sociedade civil que resultou na elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), Lei n.º 3.008, de 27 de setembro de 2010. Uma de suas diretrizes foi a criação do Grupo de Referência em Educação Ambiental (GREA), formado por representantes de professores das escolas municipais e responsável pela articulação das atividades de Educação Ambiental na rede municipal de educação em todas as modalidades da Educação Básica.

No entanto, observou-se que as iniciativas de projetos ambientais propostas pelo GREA não se tornaram abrangentes à EJA, modalidade de grande valor social e educativo na qual a EA apresenta fortes oportunidades de desenvolvimento por se tratar da modalidade de ensino cujos alunos possuem maior conhecimento sobre o meio, proporcionado pela experiência de vida.

A Educação Ambiental tem como característica fundamental a capacidade de ser um processo participativo, atuante na sensibilização e conscientização do cidadão, sendo abrangente, extrapolando as atividades da escola tradicional, envolvendo a família e toda a sociedade. Considera o ambiente em seus múltiplos aspectos, de alcance local, regional e global, sendo permanente e contextualizadora, atuando diretamente na realidade de cada comunidade sem perder sua dimensão planetária. E é transversal propondo que as questões ambientais não sejam tratadas

como disciplina específica, mas que permeie os conteúdos, objetivos e orientações didáticas em todas as disciplinas.

O pensar e o agir interdisciplinar se apoiam no princípio de que nenhuma fonte de conhecimento é em si mesma completa e que, pelo diálogo com outras formas de conhecimento, de maneira a se interpenetrarem, surgem novos desdobramentos na compreensão da realidade e sua representação.
(LUCK, 1994, p.63)

Este conceito se assemelha ao processo educacional da EJA, no qual os conteúdos são valorizados em função do conhecimento do aluno. Mais ainda, a política na qual se estrutura a EJA no Brasil, trata de valores e saberes adquiridos fora do ambiente escolar, justamente por seus alunos já possuírem uma formação não escolar. De tal modo, grande parte da base metodológica da EJA se faz a partir da apreciação de suas relações cotidianas. Sendo assim é fundamental, ao início da prática educativa, fazer um levantamento do conhecimento prévio desses alunos jovens e adultos, saber de seus ofícios, percepções e sentimentos. Estimulá-los a redescobrir o lugar onde moram, trabalham se divertem. Buscar conhecer a visão de mundo do aluno e os valores que traz em sua formação.

O grande curinga da EJA no jogo da EA reside no fato de o aluno, jovem e adulto, possuir um conhecimento sobre o Meio Ambiente construído e não transmitido historicamente. As experiências e vivências que o aluno da EJA possui sobre o Meio Ambiente constitui material didático infinitamente superior a qualquer livro didático e, é a partir destas que se promove a EA. Neste contexto, de diversidade de saberes surge a questão geradora deste estudo: Como trabalhar a Educação Ambiental na EJA a partir da experiência social e cultural dos alunos.

Neste sentido, esta pesquisa vai analisar a implementação de um programa de EA, na turma de Ensino Fundamental da EJA da E. M. Judith Augusta Ferreira, desenvolvido por professores do GREA, a partir da experiência de vida dos alunos. O objetivo é determinar, a partir dos resultados obtidos na experiência, a correlação entre EJA e EA no processo de construção de uma identidade ecológica.

Identidade ecológica, termo introduzido e definido por Mitchell Thomashow (1995) como “a base de nossa íntima ligação com a natureza”, é um conceito norteador de atividades de educação ambiental que, ao reconhecer na ligação do homem com a natureza um importante fator de formação da identidade de uma pessoa, tem auxiliado na criação de atividades que promovem a sensibilização das comunidades no que concerne ao respeito pelos recursos naturais que fazem parte do lugar em que vivem. O conceito de lugar, neste caso, está relacionado ao espaço físico, não humano, com o qual as pessoas interagem (SILVEIRA, p.83,2010).

Assim, à medida que o sujeito contrói ou desenvolve sua identidade ecológica cresce o respeito ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a preservação de seus recursos torna-se uma questão de preservação pessoal. Ao relacionar-se com a natureza de forma tão íntima, ele se reconhece como uma espécie de agente ambiental cujas atitudes concorrem para sua própria qualidade de vida.

Por isso tendo como fundamentação o trabalho desenvolvido sobre identidade ecológica se faz como embasamento do trabalho desenvolvido com moradores das margens da Lagoa do Vigário em Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro, que conceitua como identidade ecológica o reconhecimento dos indivíduos como agente ativo do meio ambiente o qual faz parte todas as suas ações.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem seu processo de formação em linhas inter cruzadas ao período colonial. Na verdade, na primeira estrutura educacional do país já eram incluídos jovens e adultos em seus programas de ensino – a catequização dos indígenas (NAIFF e NAIFF, 2008).

Pode-se inferir que a necessidade de se transmitir a língua portuguesa ao gentio e, mais tarde a formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa após a vinda da família real para o Brasil tornou necessária a oferta de educação ao adulto. A primeira escola noturna no Brasil foi fundada em período colonial, 1854, como objetivo de alfabetizar adultos trabalhadores. O Brasil republicano traz em seus primeiros anos a valorização da educação como fator de ascensão social, marcada por movimentos contra o analfabetismo (FRIEDRICH et al, 2010).

As reformas educacionais da década de 20 conduzem a EJA para o centro das discussões afirmando-a como política pública. Nas décadas seguintes a EJA tornou-se dever do Estado, o ensino primário de oferta gratuito sendo consolidado. Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI que atribui um intento capitalista à EJA que cria vínculo com a Educação Profissional. A educação brasileira caminha em direção à redução de um assustador índice de analfabetismo, quase metade da população em 1945. Políticas públicas lideradas por Anísio Teixeira avançam em combate através de estratégias econômicas que não serão aprofundadas neste estudo. Cumpre, no entanto, ressaltar a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA no qual pela primeira vez pensou-se na elaboração de um material didático específico para a EJA. Nesta iniciativa percebe-se a identificação das necessidades educacionais dos adultos. O governo Vargas possuía como proposta governamental elevar o nível cultural do cidadão brasileiro através da escolarização dos adultos. Assim, foram criadas diversas escolas com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, eficazes no que se propunham, porém, ineficientes em níveis de formação cultural. (FRIEDRICH et al, 2010).

Na década de 60, aparece no cenário político nacional um dos maiores nomes na Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire. Esse educador liderou um

movimento de EJA que defendia melhores condições físicas nas estruturas escolares, material didático adequado aos alunos adultos e formação do professor de EJA. Na segunda edição deste evento, já na década de 60, Ministério da Educação apresenta o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos no qual Paulo Freire emprega seus ideais pedagógicos de valorização do diálogo e do educando como sujeito de sua aprendizagem. (SILVA e MARTINS, 2012)

Após o Golpe Militar que banuiu a maior parte destes movimentos, inclusive o liderado por Freire, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, de ação descentralizada que vigorou no país até o ano de 1985 sua extinção deve-se às diversas dificuldades enfrentadas (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Assim, seguiu-se uma série de programas governamentais em conformidade com os interesses políticos vigentes em prol da alfabetização de jovens e adultos. O Programa Alfabetização Solidária, no governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, erradicado pelo Governo Lula em favor do Programa Brasil Alfabetizado, este ainda em vigor (DI PIERRO, 2010).

No entanto, a EJA não se restringe a programas articulados de combate ao analfabetismo,

não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA (BRASIL, 2000, p.10)

Assim, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 como Ensino Supletivo e renomeado pela mesma Lei em 1996, a Educação de Jovens e Adultos é modalidade de ensino integrante da Educação Básica. A formação escolar do jovem e adulto possui caráter social por excelência, e as trajetórias escolares destes alunos já alcançam o nível superior de ensino.

Por sua condição favorável ao desenvolvimento humano e resgate da cidadania, a EJA deve possuir proposta curricular efetiva, pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, documento elaborado sob uma perspectiva de universalização do ensino e da aprendizagem. Pois bem, uma proposta curricular específica demanda metodologias de ensino e práticas

pedagógicas igualmente específicas se pretende por produto final uma aprendizagem significativa (CIAVATTA e RUMMERT, 2010).

Percebe-se que a educação escolar para o jovem e adulto possui significado e representação distintos do que concerne a qualquer outra modalidade da Educação Básica. Enquanto que para a criança, no auge de seu desenvolvimento, a educação escolar fará parte de uma trajetória evolutiva, para o adulto a formação adquirida nas salas de aulas representa o resgate de um tempo que não pôde ser devidamente aplicado à educação. A EJA é a oportunidade receber, ainda que tardiamente, um direito subjetivo e, assim, intransferível: a educação. A criança ao ingressar no sistema escolar está se preparando para a vida social, para um futuro profissional, para a atuação em setores econômicos e políticos. A escola é construtora da cidadania da criança. O adulto, cidadão formado, ingressa na escola com todo este conhecimento e vivência, embora desprovido dos saberes escolares.

... a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000, p.5)

Neste contexto a escola constitui ambiente de valorização do sujeito, jovem e adulto, que busca através do conhecimento melhorar sua qualidade de vida, seja através de uma promoção empregatícia ou pela dignidade de ser capaz de assinar o próprio nome.

Assim, a escola torna-se um ambiente imprescindível para a construção de novos conhecimentos, composição de novos valores e aprimoramento da prática social. Uma sociedade que valorize a atuação cidadã consciente demanda generosos esforços na oferta de educação formal para seus jovens e adultos não escolarizados. Por isso, a prática pedagógica da escola e, mais especificamente do professor, demanda uma capacitação específica tanto na escolha metodológica quanto nas estratégias de ensino empregadas.

Os professores de jovens e adultos devem estar aptos a repensar a organização disciplinar e de séries, no sentido de abrir possibilidades para que os educandos realizem percursos formativos mais diversificados, mais apropriados às suas condições de vida. Os jovens e adultos merecem experimentar novos meios de aprendizagem e progressão nos estudos, que

não aqueles que provavelmente os impediram de levar a termo sua escolarização anteriormente. (RIBEIRO, 1999, p. 195)

De fato, a EJA requer do sistema escolar um olhar especial em relação à estrutura curricular, formas de avaliação da aprendizagem e até mesmo do calendário letivo. Estes e outros fatores interligados à aprendizagem do jovem e do adulto devem ser considerados na Proposta Político Pedagógica da escola que se propõe atender às necessidades educacionais desta modalidade de ensino.

2.1 Educação Ambiental e EJA: contextualizando o tema

O estudo da Educação Ambiental- EA em sua acepção básica concebe os termos natureza, meio ambiente e ecologia. A princípio, pode-se afirmar que esses sempre foram objetos de estudo presentes na trajetória curricular do sistema de ensino brasileiro. Assim, o que difere a Educação Ambiental, em bases teóricas e metodológicas dos demais conteúdos inerentes às Ciências Naturais e Sociais amplamente conhecidas nos sistemas escolares.

A essência da Educação Ambiental está em sua finalidade, ou seja, ao passo em que as Ciências Naturais buscam compreender os fenômenos da natureza e explicar o porquê de sua ocorrência ou quando as Ciências Sociais almejam explicar as relações que o homem estabelece com o seu meio, cumpre à EA um fim bem menos teórico, ainda que não isento de complexidade: a construção de uma identidade ecológica;

um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente (UNESCO, 1997, p. 98).

De tal forma, pode-se inferir que a EA é uma disciplina essencialmente social uma vez que o objeto de seu estudo é ao mesmo tempo o produto que auferem em seu fim- o cidadão consciente de seu valor para a preservação do meio ambiente. Neste contexto faz-se uma breve narrativa do histórico da EA no Brasil, em termos de embasamento teórico, a fim de dispor o quadro sobre o qual se estrutura este estudo.

A EA aparece pela primeira vez em vias legislativas em 1973 através da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Sema, ligada à União. Justifica-se a criação da Sema à Conferência de Estocolmo em 1972 grande debate mundial sobre o Meio Ambiente e marco inicial de uma série de encontros entre nações de todos os continentes sobre a mesma temática. O objetivo da ONU ao promover estas discussões era o de suscitar uma mobilização mundial que preconizasse a implementação de ações políticas e sociais integradas favoráveis à preservação do meio ambiente. Como resultado, diversos grupos de interesse e ONG'S assumiram este compromisso e aderiram a um movimento pró-ambientalista. (CARVALHO, 2006)

Nas décadas de 80 e 90 a EA alcança níveis de reconhecimento significativos tomando posse de políticas-públicas e ações sociais coordenadas. Em 1992, duas décadas após a Conferência de Estocolmo, a ONU promove a Conferência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. Paralelamente, no Rio de Janeiro ocorre a Eco-92 durante a qual foi criada a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA formada por ONG'S, educadores e instituições educacionais diversas. A partir da REBEA foi promovida a I Jornada de EA; criou-se o Tratado de EA, referencial para a EA; foram realizados cinco Fóruns de EA, regionais a princípio, hoje de caráter nacional.

O quadro abaixo é demonstrativo das principais políticas públicas criadas no Brasil, a partir da consolidação da EA:

Quadro 1 Principais Políticas Públicas em EA no Brasil

Ano	Política
1984	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea).
1988	Inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição.
1992	Criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).
1997	Elaboração dos Parâmetros Curriculares pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, onde “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.
1999	Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei n. 9.795.

2001	Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.
2002	Regulamentação da Política Nacional de EA (Lei n. 9.795) pelo Decreto n. 4.281.
2003	- Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA.

Fonte: Carvalho, I. C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo, Cortez, 2ª. ed. 2006.

As políticas presentes no quadro acima condensam a expressividade da EA no Brasil hoje. A lei 9795/99 é clara no que diz respeito à importância da EA para a formação do indivíduo, consagrando a inclusão do tema meio ambiente nos currículos escolares.

3. EA E EJA: REALIDADES E POSSIBILIDADES

A proposta de integrar a EA à Educação de Jovens e Adultos, parte do princípio de que, a partir do histórico de vida de cada aluno e de sua prática cotidiana em sua relação com o Meio Ambiente pode-se construir ou estruturar uma identidade ecológica baseada em princípios de que meio e indivíduo são partes de um todo. Sob esta ótica, o ato de preservação do meio ambiente torna-se de preservação da própria vida.

A EJA cumpre, conforme já citado, função social de considerável importância. No município de Congonhas, onde foi realizado este estudo, os índices de analfabetismo entre adultos, embora não sejam alarmantes, ainda são causa de preocupação para o Sistema de Ensino. O gráfico 1 representa, segundo o IBGE, o índice de analfabetismo medido em Congonhas.

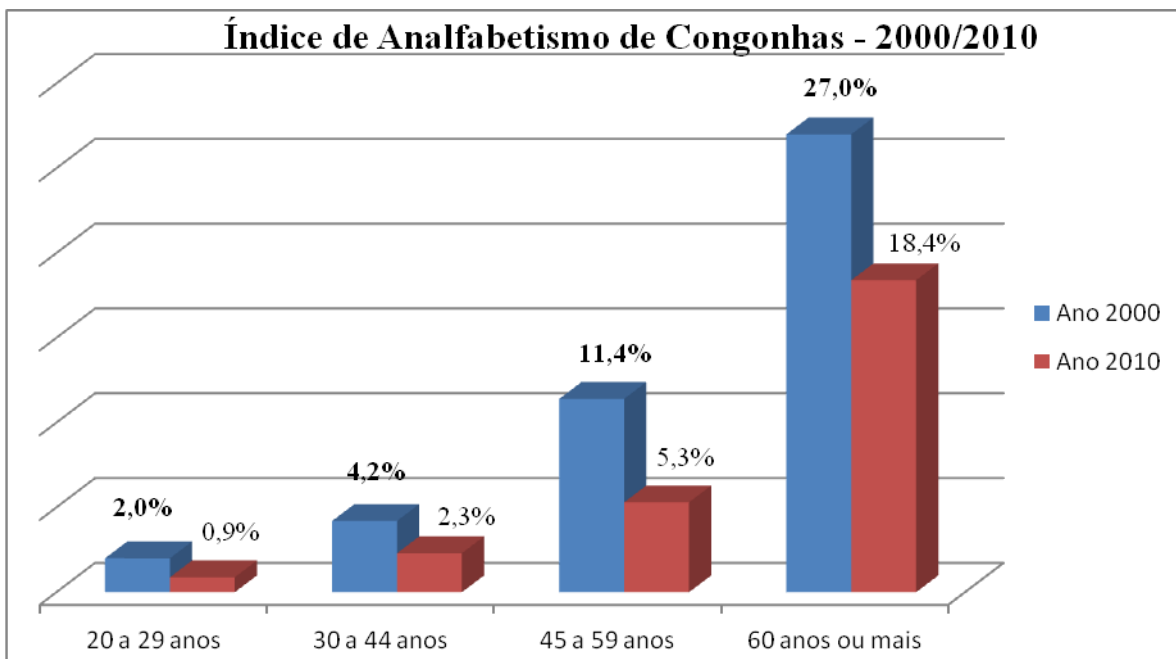


Gráfico 1: Índice de Analfabetismo de Congonhas - 2000/2010
 Fonte: IBGE

Percebe-se no gráfico exibido na página anterior uma redução significativa dos índices de analfabetismo, que mudaram consideravelmente o cenário educativo nessa década. Pode-se inferir, no entanto, que esses resultados se devem ao Programa de Erradicação do Analfabetismo implantado pelo governo municipal.

Desperta a atenção ainda a relação entre idade e analfabetismo, quanto maior a faixa etária tanto maior o índice. Da mesma forma, a faixa etária mais elevada foi a de menor diminuição do analfabetismo. Esse dado influi na EA ao passo que os hábitos mais arraigados e, por isso, mais difíceis de serem erradicados são justamente os de pessoas de maior idade. Nesses casos a construção da identidade ecológica é quase um desafio para os educadores que busariam provocar mudanças de atitudes praticadas por toda uma vida.

4. CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE ECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO

No contexto da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) já citada anteriormente na página 7, é importante ressaltar a criação do GREA (Grupo de Referência em Educação Ambiental), uma vez que este se constitui objeto de estudo do presente trabalho, e essa criação é uma das diretrizes da PMEA, vale lembrar

que o GREA é formado por representantes de professores das escolas municipais e responsável pela articulação das atividades de Educação Ambiental na rede municipal de educação.

As características do GREA:

- Professor referência escolhido através de eleição na própria escola;
- Disponibilização de 10 horas/aula semanais destinadas exclusivamente aos trabalhos com Educação Ambiental na escola;
- Formação em Educação Ambiental e participação em congressos, fóruns, etc.
- Reuniões mensais com a Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação para discutir temas, ações e projetos, bem como fomentar a troca de experiências entre escolas;
- Diagnosticar os problemas socioambientais enfrentados pela escola e buscar, em conjunto, soluções para os mesmos.
- Planejamento anual, através da elaboração de um diagnóstico por toda a equipe escolar, a fim de avaliar quais os projetos a serem desenvolvidos na escola.
- Apresentação dos projetos para as empresas da região para análise e desenvolvimento de parceria, caso seja do interesse de ambas as partes (escola e parceiros)

O Grupo de Referência de Educação Ambiental – GREA iniciou seu trabalho em escolas em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, seguindo o seguinte preceito: motivar bons hábitos e atitudes ecológicas desde a infância e adolescência. Dentre os Projetos desenvolvidos pode ser citado o realizado na própria Escola Municipal “Judith Augusta Ferreira,” que tratou de interesses como coleta seletiva; saneamento básico; poluição e enchentes; preservação da fauna e da flora e a mineração no município.

A partir do momento que o GREA reconheceu a necessidade e a importância de estender esse trabalho às turmas de EJA foi reavaliada os objetivos e as estratégias. As primeiras ações foram a escolha da turma piloto e identificação da mesma, bem como de seus conhecimentos sobre EA. A escolha da turma foi realizada dentro do Programa de Formação Inicial e Continuada – PROEJA/ FIC. Trata-se uma turma do 4º período composta por 13 alunos. Os dados do quadro 2 são representativos das características da turma.

Tabela 1: Perfil dos alunos

Perfil dos alunos			
Sexo	Masculino	Feminino	Total
	09	04	13
Idade	19 a 30	30 a 50	+ 50
	02	08	03
Profissão	Donas de casa	Operário industrial	Outras
	04	06	03
Renda própria	1 salário	+ 1 salário	Não possui
	05	04	04

Fonte: Estudo de caso

O estudo revelou que a motivação desses alunos a voltarem à escola se deve a motivos basicamente pessoais e profissionais. Por parte das mulheres, donas de casa em sua totalidade, o retorno ao ambiente escolar proporciona a recuperação de um tempo dedicado à formação familiar, enquanto que para os homens as exigências do mercado de trabalho constituem em nível maior o fator motivacional. Ainda assim, apesar desta busca pela educação formal, a turma da EJA sofreu durante a realização desse estudo o problema da evasão escolar. A turma inicialmente composta por treze alunos sofreu uma redução de cinco de seus alunos, em um período aproximado de dois meses. Assim, os dados apresentados a seguir apresentam divergência em relação ao número de alunos apresentados no Quadro 1.

Para traçar um perfil ecológico dos alunos foi realizado um questionário de Percepção Ambiental. Os resultados demonstrados no quadro 3 representam as respostas dadas pelos alunos. O desenvolvimento desta atividade contou com a participação de 06 alunos.

Quadro 3: Percepção Ambiental

Percepção Ambiental	
Questão	Respostas mais incidentes
- Componentes do meio ambiente	- florestas; - animais; - plantas; - rios; - poluição
- Seres vivos	- animais; - ser humano; - plantas
- Problemas ambientais (municipais)	- lixo; - poluição; - mineração
- Meio de informação sobre o meio ambiente	- tv - jornais - observação da cidade

Fonte: Estudo de Caso

Dois dados obtidos desse questionário formaram a base das atividades ambientais a serem desenvolvidas: a ausência do ser humano na questão do meio ambiente e sua composição e a preocupação com a mineração praticada por indústrias locais e suas consequências para o meio. O primeiro aponta a necessidade de se trabalhar em favor da construção da identidade ecológica, uma vez que os alunos não se identificaram como parte integrante do Meio Ambiente; o segundo implica a elaboração de atividades instrucionais e possíveis ações de conscientização e preservação ambiental.

Desse modo, estrutura um Projeto de EA integrados aos demais conteúdos curriculares, apresentadas a seguir.

4.1 EA e Artes

O ensino de artes em turmas de EJA representa uma oportunidade para os alunos exporem talentos desenvolvidos ao longo de sua vida, tais como: corte e costura; música; culinária ou artesanato. A proposta desta atividade foi a de que os alunos produzissem desenhos representativos do Meio Ambiente, para então iniciar uma discussão sobre os seres representados. O objetivo principal era que o aluno conseguisse se retratar na produção do meio ambiente. As figuras abaixo são exemplos das atividades.



Elenice Maria Santos Assis

FIGURA 1: Representação do meio ambiente por aluno da EJA



FIGURA 2: Representação do meio ambiente por aluno da EJA

4.2 EA, Língua Portuguesa e Química.

Desta vez optou-se por formas de produção diversificadas: pesquisa em jornais e revistas; entrevistas dirigidas sobre a mineração e produções textuais sobre as informações obtidas.

Do trabalho de pesquisa de jornais e revistas, pré-selecionados pelo grupo, foi confeccionado ainda, por iniciativas dos alunos, um mural descritivo com as produções textuais dos alunos.

A entrevista sobre a mineração foi a atividade que despertou maior interesse nos alunos, possivelmente por se tratar de um tema presente em seu cotidiano. As informações mais relevantes para o objetivo do projeto estão indicadas no gráfico 2.

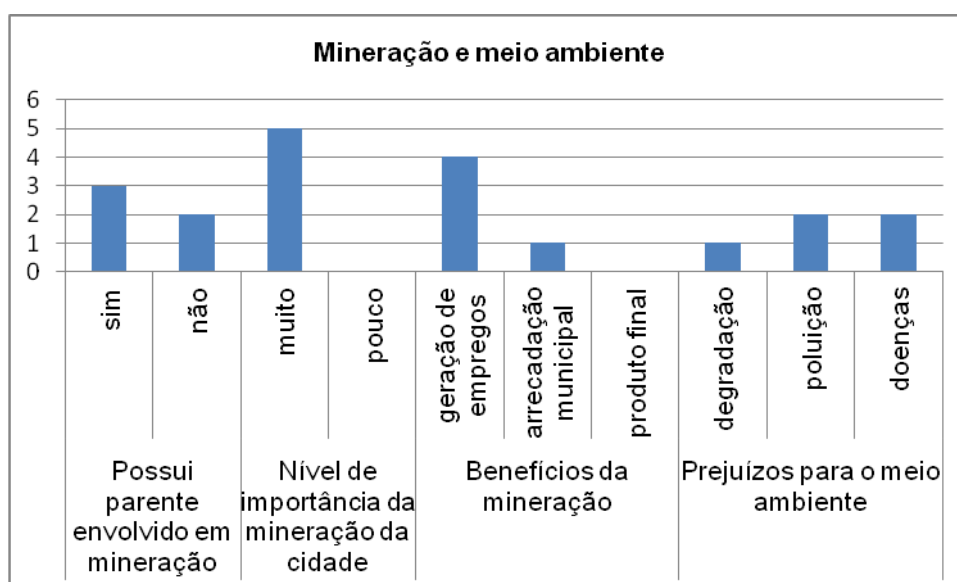


Gráfico 2; Mineração e meio ambiente

Fonte: Estudo de Caso

A percepção do aluno acerca dos danos e benefícios que envolvem a extração do minério no município gerou um debate interessante e produtivo para o conhecimento ecológico e a formação de sua identidade. No entanto, percebe-se uma considerável resistência em se reconhecer que a mineração constitui uma atividade prejudicial ao meio ambiente. Os alunos tendem a compensar essas falhas pela atividade econômica geradora de empregos para o município e região.

A fim de aprofundar o conhecimento dos alunos acerca dessa temática foi realizada uma visita ao Museu de Mineralogia de Congonhas. Essa atividade despertou o interesse dos alunos e os motivou a conhecer os tipos de minérios explorados no município o região.



Figura 3: Visita ao Museu de Mineralogia de Congonhas



Figura 4: Conhecendo minérios

A existência de mais de dois mil tipos de minérios, cujas amostras encontram-se catalogadas no museu foi causa de grande espanto para os alunos, que não consideravam tamanha variedade. Essa diversidade suscitou o estudo da tabela periódica que foi construída pelos alunos com o auxílio da professora.



Figura 5: Construindo a Tabela Periódica

4.3 EA e informatização do ensino

Uma das fontes de pesquisa valorizada pelo projeto foi a internet. Os alunos realizaram, no laboratório de informática uma pesquisa sobre bioma, fauna e flora da região. A pesquisa foi realizada pelos sites Google e Wikipédia a partir dos descritores: bioma Congonhas; mata atlântica. Os alunos construíram o conceito de bioma, identificaram as comunidades biológicas que compõem o bioma do município e as espécies em extinção. A partir dos resultados da pesquisa foi confeccionado um álbum com imagens representativas do assunto.



Figura 6: Pesquisa em laboratório de informática

4.4 EA e Geografia

Um dos conteúdos de maior envolvimento com as questões ambientais, a Geografia tratou de pesquisas sobre o relevo do município e região. A atividade proposta foi a de pesquisa bibliográfica seguida de exposição de uma forma lúdica. Os alunos, com a ajuda da professora, confeccionaram uma “Maquete Comestível”.



Figura 7: Pesquisa Bibliográfica sobre relevo



Figura 8: Maquete Comestível

5. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise das atividades realizadas nesse estudo de caso demonstra o interesse do aluno a cerca da importância da preservação do ambiente ao mesmo tempo em que indica uma carência de conhecimento sobre a real consequência da degradação do meio para o ser humano. O aluno reconhece que é importante preservar, porém ainda não têm a plena compreensão de que também faz parte desse meio e que atitudes de cuidado com saúde e higiene, por exemplo, são formas de preservação ambiental.

O projeto foi desenvolvido sob uma perspectiva interdisciplinar considerando-se que

a interdisciplinariedade constitui-se quando cada profissional faz uma leitura do ambiente de acordo com o seu saber específico, contribuindo para desvendar o real e apontando para outras leituras realizadas pelos seus pares. O tema comum, extraído do cotidiano, integra e promove a interação de pessoas, áreas, disciplinas, produzindo um conhecimento mais amplo e coletivizado. As leituras, descrições, interpretações e análises diferentes do mesmo objeto de trabalho permitem a elaboração de um outro saber, que busca um entendimento e uma compreensão do ambiente por inteiro. (MEYER, 1991, p.41).

Assim, buscou-se integrar os conteúdos, componentes curriculares da EJA, à Educação Ambiental e os conhecimentos prévios da turma para a elaboração das atividades.

As plantas e os animais foram apontados por todos os alunos em sua definição de meio ambiente, uma alusão à concepção segregada que o aluno possui de si em relação ao meio. Os resultados obtidos da primeira atividade, EA e Artes conseguiu diminuir essa distância quando os alunos retrataram suas próprias casas em desenhos que representavam o meio ambiente.

Em relação ao trabalho articulado à Língua Portuguesa, percebeu-se mais um avanço nessa direção, nas pesquisas em revistas e jornais através das quais o aluno pôde identificar as ações que o homem realiza tanto em favor quanto para causar danos ao meio ambiente. O estudo sobre bioma envolveu o aluno no ecossistema e seus componentes, gerando um conhecimento mais profundo da fauna e flora local.

A pesquisa sobre a extração do minério foi o detonador de uma intensa discussão a respeito de suas consequências para o município e região. A maioria dos alunos reconheceu que apesar de importante para a economia de Congonhas, os danos que decorrem dessa atividade podem ocasionar um quadro irreversível de deteriorização de recursos naturais. Foi cogitada, durante essa atividade, a possibilidade do desenvolvimento de uma campanha de conscientização a ser realizada com trabalhadores de empresas mineradoras e escolas do município através da estruturação de um projeto específico sobre a temática “Mineração e Meio Ambiente”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de ações visíveis de destruição dos recursos naturais e degradação do meio ambiente faz-se necessária a adoção de medidas estratégicas que promovam ações de preservação e conscientização da questão ambiental

A educação escolar constitui um instrumento qualitativo dessa proposta de cuidado e atenção ao meio ambiente, que apesar de alicerçada em bases sólidas de políticas públicas, ainda necessita de importantes mudanças para sua efetivação. Acredita-se que através de uma estrutura organizacional adequada de Educação Ambiental, articulada aos diferentes saberes escolares pode-se fortalecer o vínculo entre o indivíduo, ser social e meio ambiente, garantindo um alinhamento de ações de conservação ambiental.

Ao tratar-se da questão ambiental como pertencente a área de educação escolar, deve-se pensar em práticas metodológicas abrangentes a todos os níveis e modalidades da educação, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Percebe-se uma atenção voltada à formação social da criança e do adolescente em níveis consideravelmente maiores do que ações voltadas para o jovem e o adulto.

Os sistemas de ensino devem ter a visão de que apesar de já usufruírem de direitos e serem cumpridores de deveres que conferem ao jovem e ao adulto um caráter social mais avançado, muitas vezes essa prática não é indicativa de cidadania. No que concerne à Educação Ambiental, muitos desses alunos não têm formada uma identidade ecológica que lhe conceda competências para atuar de forma consciente em seu meio ambiente. O exercício ambiental do jovem e adulto é fundamental para a qualidade do meio em que ele vive uma vez que possuem uma atuação social maior, seja em termos familiares ou no mercado de trabalho.

Assim, pode-se inferir que a estruturação de projetos de Educação Ambiental em turmas de EJA é tarefa primordial dentro de uma perspectiva de valorização das relações homem-ambiente. Essa questão merece maior destaque didático/metodológico para que a EA seja um caminho para a construção de uma identidade ecológica.

Durante a realização desse estudo, muitas foram as vitórias e dificuldades que se evidenciaram e que, são constantes no trabalho do educador de jovens e

adultos. O desejo e a alegria da construção do conhecimento por parte dos alunos, a ânsia em aprender sempre mais é notória e indiscutível. No entanto, o cotidiano desses alunos, suas lutas diárias com o trabalho, a família, ao mesmo tempo em que enriquecem as possibilidades de ensino e as estratégias metodológicas, tornam-se fatores desfavoráveis uma vez que impedem a participação frequente desse aluno às aulas. Mais ainda, muitas vezes acabam por fazer com que o aluno desista de seu ideal e abandone os estudos.

De tal forma, reitera-se a importância da EA para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, mas, partindo de bases primárias, ou seja, do próprio aluno em suas características e produções distintas. Buscando um conhecimento maior do seu alunado, partindo das partes para se alcançar o todo.

Dentro dessa perspectiva, fez-se necessária a elaboração de um Projeto de Intervenção Pedagógica, a ser apresentado e desenvolvido pelo Grupo de Referência em Educação Ambiental da rede municipal de ensino de Congonhas, a fim de implementar novas práticas, mais precisas e de caráter inovador de forma que obtenha o sucesso pretendido no trabalho de Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

7. REFERÊNCIAS

AIRES, B.F.C.; BASTOS, R.P. **Representações sobre meio ambiente de alunos da Educação Básica de Palmas (TO)**. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 353-364.

BARBIERI, J.C; SILVA, D. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. *Revista de Administração Mackenzie*, 2011, Vol.12(3), p.5.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. **Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Brasília, DF, 2006a. (Coleção Educação para Todos. Série Avaliação, n. 6).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico área profissional: meio ambiente**. Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Proposta de diretrizes nacionais para a educação ambiental**. Brasília, DF, 2007a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais; primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF, 1997a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: tema transversal meio ambiente e saúde**. Brasília, DF, 1997b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF, 1998a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: tema transversal meio ambiente.** Brasília, DF, 1998b. 732 Victor Novicki e Donaldo Bello de Souza

Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 711-736, out./dez. 2010

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, DF, 1998c.

_____. Programa parâmetros em ação: meio ambiente na escola. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e maio de 2006. Brasília, DF, 2006b.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo, Cortez, 2ª. ed. 2006.

CHAGAS, A. C.P. **Educação continuada e meio ambiente no foco da ação.** *Arq. Bras. Cardiol.* 2009, vol.93, n.1, pp. 1-1.

CIAVATTA, M; RUMMERT, S.M. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional.** *Educ. Soc.*[online]. 2010, vol.31, n.111, pp. 461-480.

DI PIERRO, M.C. **Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2008, vol.38, n.134, pp. 367-391.

DI PIERRO, M.C. **A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação:avaliação, desafios e perspectivas.** *Educ. Soc.* [online]. 2010, vol.31, n.112, pp. 939-959. ISSN 0101-7330.

FERREIRA, S.P. **Desenvolvimento Sustentável: Cultura e cidadania.** Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p.178-186, abr./jun. 2010.

FISCHER, N.B. **Educação não escolar de adultos e educação ambiental: um balanço da produção de conhecimentos.** *Rev. Bras. Educ.* 2009, vol.14, n.41, pp. 370-385..

FREITAS, M.F.Q. **Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana.** *Educ. rev.* [online]. 2007, n.29, pp. 47-62.

FRIEDRICH, M; BENITE, A. M. C; BENITE, C. R. M. e PEREIRA, V. S.. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no. Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2010, vol.18,n.67,pp.389-410.

GODOY, A; AVELINO, N. **Educação, meio ambiente e cultura: alquimias do**

conhecimento na sociedade de controle. *Educ. rev.* [online]. 2009, vol.25, n.3, pp. 327-351.

HADDAD, S. **A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, vol.14, n.41, pp. 355-369.

LIMA, A. M; OLIVEIRA, H.T. **A (re) construção dos conceitos de natureza, meio ambiente e educação ambiental por professores de duas escolas públicas.** *Ciênc. educ. (Bauru)* 2011 vol.17, n.2, pp. 321-337.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplina: fundamentos teóricos metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 1994, p.63.

MEYER M. **O corpo tem que ter vivências para aprender sobre natureza.** In: *Presença Pedagógica.* Belo Horizonte: Editora Dimensão, (7): 98,març/abr 2011, p.5-11.

MEYER, M.A.A. **Educação ambiental: uma proposta pedagógica.** In: *Em aberto.* Brasília: INEP, v.1, n.49, jan/mar 1991.

NAIFF, L.C.M. e NAIFF, D.G.M.. **Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais.** *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol.20, n.3, pp. 402-407.

NOVAES, W. **Eco-92: avanços e interrogações.** *Estud. av.* [online]. 1992, vol.6, n.15, pp. 79-93. ISSN 0103-4014.

NOVICKI, V; SOUZA, D. B. **Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios.** *Ensaio: aval. Pol.públ. Educ.* [online]. 2010, vol.18, n.69, pp. 711-736.

OLIVEIRA, M.C.. **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** *Soc. nat.* 2009, vol.21, n.3, pp. 425-426.

REIGOTA, M.A.S.. **Cidadania e educação ambiental.** *Psicol. Soc.* 2008, vol.20, n.spe, pp. 61-69.

RIZZI, M.C.S.L. e ANJOS, Ana A.C.C.. **Arte-educação e meio ambiente: apontamentos conceituais a partir de uma experiência de arte-educação e educação ambiental.** *ARS (São Paulo).* 2010, vol.8, n.15, pp. 26-35.

SILVA, G.S; MARTINS, M.S.A. **Educação de jovens e adultos (eja): a luta pelo desenvolvimento da cidadania.** *Nucleus,* v.9, n.1, abr.2012.

SILVEIRA, J.L. **Educação Ambiental como processo de resgate da identidade ecológica dos moradores das margens da Lagoa do Vigário em Campos dos Goytacazes – RJ.** *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego,* Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4 n. 1, p. 81-90, jan. / jun. 2010.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL



ESCOLA MUNICIPAL "JUDITH AUGUSTA FERREIRA"

ENSINO FUNDAMENTAL
RESOL. N.º 7.404 DE 16-03-94

Av. Tiradentes, 46 — DOM OSCAR — CONGONHAS — MG
TELEFONE: 3731-1057 - 3731-6270

Questionário de Percepção Ambiental

Nome do aluno: _____

Agora responda as questões abaixo sobre meio ambiente:

1- O que você entende por meio ambiente?

2- Existem problemas ambientais no seu bairro? E na sua cidade? Quais?

3- Como você fica sabendo das informações sobre o meio ambiente?

() tv () jornais () disciplinas da escola () livros () revistas

() internet () família () palestras () amigos () pesquisas

() observando a cidade () panfletos () nenhum

() outros _____

4- O que você entende por ser vivo?

5- Quais os seres vivos você encontra perto de sua escola? E da sua casa?

6- O que você entende por animal ou planta nativos? Cite alguns exemplos.

ANEXO B



QUESTIONÁRIO DA MINERAÇÃO



MINERAÇÃO EM CONGONHAS

Prezados alunos,

Este questionário foi elaborado com a finalidade de analisar a relação dos cidadãos com a mineração em Congonhas. Contamos com sua colaboração para responder as perguntas abaixo e lembramos que não existem respostas certas ou erradas. O importante é ouvir cada um de vocês.

Faixa etária do responsável pelo preenchimento (sua idade):

() 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () 36 a 45 anos () acima de 46 anos

Bairro onde mora:

1. Você sabe o que é produzido com o minério extraído em Congonhas?

- A) () carro, celular, televisão, computador
- B) () porta de madeira, garrafa pet, pneu
- C) () não sei

2. Algum membro de sua família (você, filhos, pai, mãe, etc.) trabalha na mineração/siderurgia (considerar também as empresas terceirizadas)?

- A) () Sim. Quem? _____
- B) () Não

3. Analisando os dois temas apresentados abaixo, marque o que você gostaria de saber sobre a mineração em Congonhas.

3.1. Degradação ambiental e saúde da população:

- A) () poeira, poluição dos rios
- B) () desmatamento, nascentes, perda de animais e plantas
- C) () doenças causadas pela atividade minerária (poeira, contaminação das águas, etc.)

3.2. Benefícios da mineração:

- A) () geração de emprego

- B) () arrecadação municipal (impostos)
- C) () produtos feitos a partir do minério

4. Em sua opinião, o quanto a atividade mineradora é importante para nossa cidade?

- A) () Muito
- B) () Pouco
- C) () Não é importante

Justifique sua resposta: _____

5. Você sabe o que as empresas mineradoras estão fazendo de concreto para recuperar as áreas degradadas pela mineração?

- A) () Sim. Dê exemplos: _____
- B) () Não

6. Quanto dos lucros das mineradoras é pago em impostos ao governo municipal?

- A) () 2%
- B) () 3%
- C) () 10%
- D) () Não sei

7. Você acha que os impostos pagos pelas mineradoras ao município estão sendo investidos em melhorias para nossa cidade?

- A) () Sim
- B) () Não
- C) () Não sei

Justifique sua resposta: _____

8. Qual a responsabilidade ambiental de uma empresa mineradora?

- A) () Recuperar as áreas degradadas por suas atividades minerárias
- B) () Apoiar atividades culturais na comunidade
- C) () Não tem responsabilidades
- D) () Não sei

9. O reflorestamento de áreas exploradas pela mineração com árvores que não sejam da região (eucalipto, por exemplo) é realmente eficaz para a recuperação do meio ambiente?

- A) () Sim
- B) () Não
- C) () Não sei

Justifique sua resposta: _____

ANEXO C

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Projeto de Intervenção Pedagógica Educação Ambiental e EJA: novos caminhos



Congonhas
Julho/2012

1 INTRODUÇÃO

O projeto de intervenção relacionado a inserção efetiva da Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos – EJA prioriza a criação de estratégias que sensibilizem os alunos sobre o reconhecimento e a importância de sua participação ativa no meio ambiente.

Ressalta-se que os alunos da EJA são indivíduos que possuem como maior característica, a necessidade de complementar os seus estudos, de completar o processo de ensino e aprendizagem, que por alguma razão foi interrompida durante a infância ou adolescência.

Embasando-se nos estudos realizados por Gonçalves (2008), o reconhecimento de pertencer a um local é fundamental para todo e qualquer indivíduo, desencadeando através da educação, a construção de ideias e conceitos que possam ser incorporados no cotidiano de suas vivências.

Um dos aspectos que deve ser abordado nas escolas é a reflexão sobre a responsabilidade de cada indivíduo sobre o meio ambiente, referendando a concepção de que o meio ambiente é tudo que se encontra no espaço de convivência, seja ela material ou imaterial.

A ideia de que a EJA prepara os alunos para a inserção no mercado de trabalho é apresentada como sendo o objetivo primordial da modalidade de ensino, porém, não somente para o trabalho, mas para a difusão de conceitos relacionados à vida, à sociedade e ao ambiente.

A proposta da Educação Ambiental na modalidade da EJA busca a ampliação das ações efetivadas no ensino regular na rede municipal de ensino, permitindo que também os adultos possam estabelecer novas estratégias e ações que favoreça a construção de sua identidade, e de sua importância no meio ambiente.

Por isso, a necessidade de haver projetos de Educação Ambiental na EJA, parte do princípio de criação de políticas públicas interligadas as propostas educacionais para que, as medidas de promoção da ampliação da compreensão de que o meio ambiente é responsabilidade de todos.

2 JUSTIFICATIVA

A introdução de um trabalho em Educação Ambiental em turmas de jovens e adultos evidenciou-se, através dos resultados de estudo realizados no município de Congonhas, como uma ferramenta de qualidade para a estruturação de uma identidade ecológica no indivíduo; compreendida pela capacidade de identificar-se como parte integrante do meio ambiente.

No entanto, o desenvolvimento das atividades, ainda que motivadoras de aprendizagem mostraram-se insuficientes para o referido processo de construção da identidade ecológica. Algumas deficiências foram encontradas, tais como as constantes faltas dos alunos e a evasão dos mesmos, que dificultaram a sequência das atividades, bem como o enraizamento de alguns conceitos à cerca do meio ambiente e a participação do indivíduo no processo de degradação e preservação dos recursos naturais.

Dentro dessa perspectiva, fez-se necessária a elaboração de um Projeto de Intervenção Pedagógica, a ser apresentado e desenvolvido pelo Grupo de Referência em Educação Ambiental da rede municipal de ensino de Congonhas, a fim de implementar novas práticas, mais precisas e de caráter inovador de forma que obtenha o sucesso pretendido no trabalho de Educação Ambiental nas turmas da EJA.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Criar um projeto de intervenção pedagógica focalizando as questões ambientais, bem como o fortalecimento da atuação e participação dos alunos da EJA (identidade ecológica).

3.2 Objetivos Específicos

- Buscar atividades diferenciadas que estimulem o despertar e o fortalecimento da identidade ecológica dos alunos da EJA;

- Promover campanhas educativas, Palestras, Seminários com foco nas questões ambientais a fim de garantir maior participação dos alunos da EJA nas discussões e mudanças de atitude com relação ao meio ambiente;
- Articular atividades como histórias, vídeos, conversas que abordam questões relacionadas ao cotidiano do aluno enfatizando os temas ambientais;
- Articular estratégias de ensino que vislumbrem a possibilidade de uma maior participação nas discussões sobre o impacto da degradação ambiental, causado pela atividade minerária no município.
- Elaboração de projetos que contemplem estudos sobre as práticas de Educação Ambiental em turmas de EJA.

4 PLANO DE AÇÃO

O quê?	Quem?	Como?
- Criação do Projeto de Intervenção Pedagógica	- Maria Márcia/ GREA	- A partir da análise dos resultados obtidos no estudo de caso.
- Apresentação da Proposta	- Maria Márcia/ GREA	- Entrega do Projeto de Intervenção à Secretaria de Educação.
- Desenvolvimento das atividades propostas	- GREA	- Escolha de uma turma piloto. - Aplicação das atividades
- Avaliação do Projeto de Intervenção	- GREA/ alunos/ Maria Márcia	- Análise dos resultados das atividades.
- Aplicação do projeto nas demais turmas de EJA do município.	- GREA	- Divulgação dos resultados e aplicação das atividades em outras turmas.